

Universidades: concorrência e qualidade

A questão das universidades privadas tem levantado muita controvérsia nos últimos meses, frequentemente carregada de razões emotivas e com tomadas de posição «contra» ou «a favor». Esta é uma forma errada de colocar o problema.

Portugal tem uma percentagem baixíssima de jovens nas idades relevantes a frequentarem o ensino superior. Não hesito em considerar este facto como negativo. Mas infelizmente o Estado, neste momento, não tem possibilidade de garantir a todos os interessados o acesso a uma universidade pública. Não dispõe de capacidade financeira e não dispõe de capacidade de organização.

Se entidades privadas puderem contribuir para resolver este problema, não vejo por que se deva impedi-lo. Ser simplesmente «contra» não faz sentido. Os argumentos apresentados são muitas vezes a clara defesa de uma posição de monopólio por parte das universidades já existentes. Neste momento, nenhuma escola pública é penalizada por ser ineficiente, ter «curricula» antiquados, usar métodos pedagógicos atrasados ou ser cientificamente nula. Tem sempre instalações, embora insuficientes para as necessidades; os ordenados estão garantidos, embora a um nível que não permite atrair gente de qualidade em número suficiente; e com a escassez de outras alternativas tem sempre procura garantida. Para quê abalar esta bem-aventurança? Do ponto de vista dos actuais alunos, a posição é também a de um monopólio a defender. Depois de arduamente conquistarem o seu lugar, num País onde o mercado de trabalho atribui grande importância ao aspecto formal de «ter o grau», mas é ainda pouco discriminatório em termos de conteúdo desse grau, a última coisa que lhes pode interessar é virem outros, talvez mais bem preparados, que façam uma concorrência eficaz.

Mas ser simplesmente «a favor» também é arriscado. Comprar um curso universitário é uma decisão bem diferente de comprar uma camisa. Não é razoável argumentar que, no caso de ficar insatisfeito... a solução é mudar de fornecedor. Há portanto fortes razões para o Estado promover uma garantia mínima de qualidade. Mas isto não significa ter de ser o único a prover o ensino. Algumas das melhores universidades do mundo são privadas. Concorro que se impeça uma organização de se chamar universidade, por razões de qualidade, quer seja privada quer seja pública. E tem-se sido excessivamente permissivo, quer com umas quer com outras. O Estado também não garante hoje uma qualidade mínima nas suas próprias faculdades.

Promover um mecanismo que garanta uma qualidade mínima não significa o ministro decidir pessoalmente quem merece ou não merece ter alvarás. É uma decisão que devia ser tomada em bases sólidas, que não são de carácter político; e é uma decisão complexa que não pode ser tomada essencialmente por uma única pessoa. Devia basear-se em critérios tão bem definidos e claros quanto possível e publicamente anunciados. As desvantagens do sistema actual são muitas, como muito bem exemplifica a controvérsia sobre os alvarás recentemente concedidos.

Uma vez garantida uma qualidade mínima o Estado deveria promover activamente a concorrência entre as universidades e não procurar abafá-la. Não há como outra ao lado a funcionar bem para ser claro que uma universidade funciona mal. E o público, exercendo a sua escolha, tem um papel insubstituível nesta aferição. Só é bom que as melhores cresçam, se imponham e ganhem prestígio. E que haja a coragem de impor, quando necessário, o fecho das que deixaram de corresponder às exigências mínimas.

Nesta área como em tantas outras não se trata só de o Estado intervir mais ou menos. Trata-se de intervir correctamente, o que é menos em alguns aspectos e mais em outros.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ensino Particular